

SAÚDE DA MULHER

Edição XXVII

Capítulo 16

PÍLULA ANTICONCEPCIONAL: UMA REVOLUÇÃO FEMININA DO SÉCULO XX

CAROLINE DE ALMEIDA ROSALES¹
EDUARDA EICKHOFF GIRARDI¹
FERNANDA CIPRIANI DE OLIVEIRA¹
FRANCIELI JANTSCH PEDÓ¹
GIULIA CECCONELLO DE AQUINO¹
GUILHERME JOSÉ MARQUES CARNEIRO¹
JÚLIA GRALHA TONETT¹
LEONARDO MIOTTE²
LUANA PELIZZA¹
LUCAS GAILHARD BRITO¹
MARTINA VERGANI¹
MAURÍCIO GOMES MENESES¹
NICOLY MARAGNO¹
RAFAELLA PEIXOTO ABREU DA SILVA³
VITÓRIA SCALABRIN MAIA¹

¹Discente – Medicina da Universidade de Caxias do Sul.

²Discente – Medicina da Universidade Anhembi Morumbi.

³Discente – Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Palavras-Chave: Anticoncepção; Autonomia Feminina; Saúde Reprodutiva.

INTRODUÇÃO

Mudanças são constantes, e ao longo dos anos a sociedade vem se modificando culturalmente. Devido a esses avanços, se tem uma melhor percepção sobre relação sexual, atitudes e pensamentos. Essas mudanças têm influenciado no comportamento de vários jovens que passam a praticar o sexo cada dia mais precocemente, independentemente da classe social (ALMEIDA & ASSIS, 2017). Entretanto a negligência na prática da contracepção e da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis tem direcionado jovens adultas à exposição ao HIV/AIDS e às demais doenças sexualmente transmissíveis, bem como à gravidez não planejada (AQUINO *et al.*, 2008).

Ter uma vida sexual ativa traz muitas preocupações, principalmente para as mulheres, como a gravidez indesejada. Com isso, a utilização de métodos contraceptivos hormonais passou a ser uma ferramenta grandiosa e extremamente importante quando o assunto é planejamento familiar (GONÇALVES & DE MOURA GOMES, 2019).

Durante muitos anos, o sexo era tratado apenas como meio de reprodução, sendo o prazer um privilégio dos homens, uma vez que as mulheres sempre sofreram com a possibilidade de uma gravidez não planejada ou indesejada. Dessa maneira, separar o ato sexual da possibilidade de reprodução se tornou uma necessidade de cada vez mais urgente, na medida em que as mulheres ganhavam autonomia para decidir sobre suas vidas. Ademais, a pílula significou uma reviravolta no conceito de sexualidade, pois o casal podia passar a manter relações sexuais apenas por prazer. Entretanto, foi apenas no dia 03 de maio de 1960 que a pílula anticoncepcional foi lançada nos Estados Unidos.

O objetivo deste estudo foi analisar e relatar a história do descobrimento da pílula anticon-

cepcional desde o século XX até os dias atuais, bem como promover uma maior sapiência sobre o assunto a ser explorado.

MÉTODO

A metodologia adotada foi à revisão bibliográfica eletrônica e sistemática de artigos científicos publicados e à análise dos textos, compilando dados das opiniões de diversos autores para análise de estudos relacionados a história da pílula anticoncepcional e a evolução da sua utilização pelas mulheres ao longo do tempo. Além de utilizar artigos científicos e as bases de dados Lilacs, Scielo e Medline relacionados ao tema, também foram consultados sites de órgãos governamentais específicos na utilização e divulgação, como Ministério da Saúde, SUS, Secretaria Estadual e Municipal de Saúde de vários estados e municípios, dentre outros e autores especialistas na doença e prevenção da mesma. O critério de inclusão foi selecionar artigos e estudos que fizessem alusão as pílulas anticoncepcionais, sua evolução na medicina e a revolução feminina pela sua utilização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Revolução sexual dos anos 1960

A Revolução Sexual foi uma forma de pensar sobre a liberdade sexual humana, desafiadno a moral tradicional, os comportamentos relacionados à sexualidade humana e os relacionamentos interpessoais. Atingiu seu ápice nos anos 60, embora este não tenha sido seu início e perpetuou até aproximadamente a década de 70. Enfim, prevaleceu o entendimento de que se deveria mudar a natureza dos homens, mudar a natureza das mulheres e mudar a natureza da relação entre homens e mulheres.

A liberação sexual inclui uma maior aceitação do sexo fora das relações heterossexuais e monogâmicas tradicionais, sobretudo do casamento. A contracepção e a pílula, nudez em pú-

blico, a normalização da homossexualidade, a legalização do aborto foram fenômenos que começaram a ganhar força nas sociedades ocidentais e se popularizaram nessas décadas.

Um dos gatilhos para esta revolução sexual foi o desenvolvimento da pílula anticoncepcional, que deu o acesso das mulheres à contracepção fácil e confiável. Outro fator provável foi as vastas melhorias em obstetrícia, o que reduziu o número de mulheres que morrem durante o parto o que, portanto, aumentou a expectativa de vida das mulheres.

Desenvolvimento da pílula anticoncepcional

A contracepção hormonal e seu desenvolvimento foi um marco no século XX, sendo resultado de avanços no conhecimento sobre fisiologia reprodutiva e endocrinologia. Na década de 1930 os hormônios sexuais já haviam sido identificados e já era constatado que altas doses de esteroides inibiam a ovulação.

Em 1930, foi desenvolvido pela firma G. Richter, de Budapeste, um preparado chamado Infecundin®, cujo objetivo seria impedir a gravidez. No entanto, ele nunca foi testado, a pesquisa abandonada devido à morte do seu formulador, o médico Ludwig Haberlandt (1885-1932), em 1932. Nesse sentido, é interessante observar que Haberlandt, professor de fisiologia na universidade de Graz, Áustria, concebeu, em 1919, a possibilidade de induzir a ‘esterilização temporária do corpo feminino por via hormonal’, o que conseguiu realizar, em 1921, num modelo experimental animal, através de transplante ovariano. Porém, o trabalho obteve muitas críticas, com sérias consequências, inclusive para a vida pessoal e familiar do médico. A pesquisa foi interrompida e, rejeitado pela comunidade científica, Haberlandt se suicidou.

A partir de 1950, com o objetivo de impedir a gravidez em mulheres sadias, e principalmente em função de motivos eugênicos, o biólogo

Gregory Pincus (1903- 1967) e o ginecologista John Rock (1890-1984), ambos da universidade de Harvard, nos EUA. Em 1955, Pincus e Rock constataram que uma dose de pelo menos 300 mg por dia de progesterona administrada por via oral era capaz de impedir a ovulação.

Em 1956, a Searle Company iniciou os trabalhos experimentais com a pílula. Os resultados foram divulgados em janeiro do próximo ano. Durante as experiências, uma amostra do progestógeno noretinedrol foi contaminada por mestranol, um estrogênio, e sendo a purificação do noretinedrol cara e dispendiosa, utilizou-se a amostra contaminada, que se mostrou mais eficaz no controle do ciclo do que o material puro. Assim foi estabelecido o princípio da pílula combinada.

Em 1957, a droga foi aprovada pela *Food and Drug Administration* dos EUA para o tratamento de desordens menstruais. A aprovação e o lançamento do Enovid10, já com fins anticonceptivos, ocorreram em 1960, apesar das duras críticas feitas aos métodos utilizados na pesquisa. Em meio a outras polêmicas quanto aos seus riscos e efeitos colaterais, seu uso se disseminou amplamente, ainda nessa mesma década (SANTANA & WAISS, 2016).

Autonomia feminina

Não há dúvidas de que o movimento feminino, a partir dos anos 60, que ocorreu em diferentes países, tem sido responsabilizado por inúmeras mudanças culturais significativas, como na relação de gêneros, e pela própria atuação do movimento das mulheres. As mulheres estão cada vez mais participativas no mercado de trabalho, nas políticas sindical e partidária, na exigência de cotas, na ocupação de cargos de destaque, entre outros. Outrossim, fica claro que todos esses avanços só foram possíveis de serem conquistados graças às possibilidades, antes nunca alcançadas, de separar com mais

segurança a sexualidade da reprodução. Desse modo, as mulheres tornaram-se independentes da vontade, ou da falta de destreza masculina no ato sexual, no uso do preservativo ou na abstinência.

No dizer de Françoise Thébaud, "A utilização de métodos modernos de contracepção não liberta apenas as mulheres de gravidezes indesejadas; ela dá-lhes, em detrimento dos homens, o domínio da fecundidade, e deve ser colocada no mesmo plano que as modificações do direito civil que, na mesma altura, põem termo à sua subordinação na vida privada".

De acordo com a pesquisa feita pela equipe de Joana Maria Pedro -universitária da Universidade Federal de Santa Catarina-, as mulheres da "geração pílula" não consideram a contracepção uma conquista, uma vez que a possibilidade de usar os novos métodos contraceptivos não foi resultado de reivindicação ou luta coletiva, e por isso não consta da memória das mulheres como tendo grande significado para a sua autonomia.

Já para as mulheres da França e de outros países desenvolvidos no qual as mulheres já possuíam a sua cidadania, a possibilidade de controlar a reprodução foi um dado muito importante na busca de autonomia e dos direitos reprodutivos. Assim, além do direito à educação, ao salário igual por trabalho igual, direitos políticos, etc.- direitos cidadãs-, as mulheres ainda reivindicavam contraceptivos, demonstrando que a luta coletiva poderia, sim, trazer conquistas significativas.

Em 1967 a Lei Neuwith liberava a comercialização dos contraceptivos orais, fato que foi fruto da atuação árdua de inúmeras mulheres e homens na defesa pelo direito de controlar a sexualidade.

No Brasil, contudo, o movimento feminista não teve participação direta na liberação dos contraceptivos para o uso, visto que a ditadura

militar, iniciada em 1964, impediu qualquer manifestação popular, assim como reuniões, associações e debates, devido à censura e ao controle social. Desse modo, o início do movimento feminino no Brasil precisou contar no início com o apoio da Igreja Católica, limitando sua atuação e até mesmo fazendo crítica aos contraceptivos hormonais, reivindicando que a solução para o problema demográfico era o desenvolvimento econômico com justiça social, que os métodos artificiais disponíveis traziam problemas de saúde e que as políticas do Estado em relação à natalidade visavam ao corpo das mulheres e pretendiam acabar com a miséria, não deixando nascer os pobres.

Em 1976, as mulheres francesas já haviam fundado o Círculo de Mulheres de Paris, abordando os direitos ao aborto e à contracepção, livres e gratuitos. Já no Brasil, neste mesmo período, começaram a organizar os primeiros grupos feministas. Por isso, em vários momentos, foi cobrado das brasileiras posições mais avançadas em relação às reivindicações feministas.

Anos após esses acontecimentos, iniciaram-se políticas internacionais de redução da natalidade em países do terceiro mundo, incluindo o Brasil. Com isso, muitas mulheres aderiram a esse método esterilizador de maneira rápida e sem analisar as consequências das altas doses de hormonais, sendo assim, o uso da pílula foi entendido muito mais como um problema do que como uma conquista.

Interferência religiosa

A busca por alguma forma de controle da reprodução esteve ligada a mudanças na sociedade brasileira de maneira geral. O processo de urbanização, o estímulo ao consumo, os novos meios de comunicação e a política de saúde proporcionaram um ambiente propício à demanda por formas de regulação da fecundidade. A vida reprodutiva de uma "geração pílula" começava

com as pílulas, em geral acompanhada de enjoos e problemas de circulação sanguínea, ou com o uso da tabelinha e do preservativo masculino; a seguir, passava pela laqueadura e, por fim, pela histerectomia e retirada dos ovários, prosseguindo com a reposição hormonal.

Com a pílula anticoncepcional já no mercado, a partir de 1965 as discussões em torno dos efeitos deste medicamento na saúde da mulher e no seu comportamento, ganham força. Ela é recomendada apenas para as que tivessem problemas menstruais e já fossem casadas. Em 1968 os protestos estudantis e a revolução sexual alteram a situação. A pílula vira um símbolo de mudanças sociais no mundo ocidental.

Segundo pesquisa realizada por estudantes de medicina da Universidade Federal de Santa Catarina, as mulheres de uma geração anterior à "geração pílula" não viveram estes problemas de engordamento, náuseas e dores de cabeça; entretanto, narraram outros dramas. Um deles era o controle da Igreja Católica sobre suas vidas. A posição da instituição era importante nas decisões dos casais quanto aos métodos que utilizariam para definir o número de filhos que queriam ter. Era através da negativa da absolvição, diante da prática de determinados métodos, que os sacerdotes controlavam as famílias.

Isso não significa que todas as mulheres católicas dessa geração, seguissem à risca as palavras do padre. É possível que em cidades mais populosas as mulheres pudessem contar com alguns sacerdotes que davam a absolvição, não as fazendo passar por esses constrangimentos.

Mas, pode-se verificar que várias mulheres da "geração 20-30", quando iniciaram sua vida reprodutiva, preocuparam-se com a inquirição do confessor sobre os métodos do ritmo e o uso do coitus interruptus. Porém, este comportamento não se observa na "geração pílula". Esta geração, principalmente as mulheres nascidas nos anos 50, não prestou mais a mínima atenção

às ordens papais, e mesmo assim as mulheres continuaram a considerar-se "boas católicas".

Elas encontraram, em pronunciamentos do próprio clero, argumentos para se considerarem livres e seguirem novos métodos contraceptivos (PEDRO, 2003).

A sexualidade passa a ser discutida publicamente e o anticoncepcional representa a sua total liberação. Desta maneira, o papa Paulo VI volta sua atenção para o uso da pílula. Temendo que a pílula contribuísse para "aumentar a infelicidade feminina", o Papa Paulo VI divulgou a encíclica *Humanae Vitae*, condenando a utilização do contraceptivo. Evidentemente, a discussão sobre a sexualidade e as questões nela envolvidas, tem uma historicidade anterior a esta encíclica. Segundo a teóloga Uta Ranke-Heinemann, ao longo de sua história, a Igreja Católica tem se pronunciado sobre a sexualidade, o prazer, a contracepção, o aborto e o infanticídio, utilizando esses discursos como ferramenta de normalização de condutas. (DE SOUZA, 2006)

Em 1968, quando foi publicada a encíclica *Humanae Vitae*, já havia consenso entre as mulheres letradas de camadas médias de que o uso de métodos contraceptivos não era considerado um "pecado". Indagadas hoje se a religião teria alguma influência sobre a decisão de uso de métodos contraceptivos, elas respondem, em sua maioria: "Não, a religião não interfere em minha decisão".

Por sua vez, a "geração 20-30" encontrava na intimidade de seu leito conjugal, além do marido, as palavras do confessor. A partir do final do século XIX, a Igreja Católica, que até então, e desde o Concílio de Trento, tinha sido discreta em suas perguntas no confessionário, passou a inquirir sobre o uso de métodos contraceptivos, e a negar a absolvição aos casais que afirmavam utilizar meios para evitar a gravidez indesejada. Em 25 de julho de 1968, a Encíclica *Humanae Vitae* reafirmou que qualquer ato ma-

rimonial deveria permanecer aberto à transmissão da vida. Assim, somente o método do ritmo continuava sendo considerado lícito. As pílulas, ou outros métodos chamados de "artificiais", foram condenados (PEDRO, 2003).

Consequências do uso contínuo

A pílula anticoncepcional, por provocar alterações hormonais significativas no corpo da mulher, pode causar o surgimento de diversos efeitos colaterais. Entre os mais comuns estão sintomas gastrointestinais, como dor abdominal e náuseas, que geralmente aparecem nas primeiras semanas de uso devido à adaptação do organismo às novas concentrações hormonais. Além disso, durante o uso contínuo do anticoncepcional, é comum ocorrer uma diminuição na quantidade e na duração do sangramento menstrual, bem como pequenos sangramentos de escape entre os ciclos, especialmente quando são utilizadas pílulas com doses hormonais mais baixas, que tornam o revestimento do útero mais fino e sensível.

Outro efeito frequente é o aumento de peso, que pode resultar tanto da elevação do apetite quanto da retenção de líquidos provocada pelo acúmulo de sódio e potássio nos tecidos corporais. Por isso, recomenda-se manter uma alimentação equilibrada e praticar atividades físicas regulares. Em alguns casos, também pode haver o surgimento de espinhas, mesmo que o anticoncepcional seja frequentemente utilizado como tratamento para acne. Esse efeito tende a ocorrer principalmente em mulheres que utilizam a minipílula, composta apenas por progesterona, nos primeiros meses de uso.

As alterações hormonais também podem interferir no humor, sobretudo quando há o uso prolongado de pílulas com doses elevadas. Isso ocorre porque níveis altos de estrogênio e progesterona reduzem a produção de serotonina, hormônio responsável pela sensação de bem-

estar, o que pode aumentar o risco de sintomas depressivos. Outro possível efeito é a diminuição da libido, uma vez que o método contraceptivo oral reduz a produção de testosterona no organismo. Esse sintoma é mais frequente em mulheres com altos níveis de ansiedade.

Também é comum o aparecimento de dores de cabeça, que podem variar de intensidade, sendo mais perceptíveis no início do ciclo de uso da pílula, mas tendendo a diminuir com o tempo. A concentração hormonal presente nesses medicamentos pode ainda causar aumento transitório do tamanho das mamas e maior sensibilidade nos seios, gerando desconforto, principalmente nas primeiras semanas de uso.

Por fim, entre os efeitos adversos mais preocupantes está o aumento do risco de trombose. Essa condição, caracterizada pela formação de coágulos sanguíneos em locais onde não houve sangramento, pode ser potencializada pelo uso da pílula, especialmente em mulheres com fatores de risco cardiovascular, como hipertensão, diabetes ou colesterol elevado. O anticoncepcional interfere nos mecanismos de coagulação do sangue, favorecendo a formação desses coágulos, motivo pelo qual seu uso deve sempre ser orientado e acompanhado por um profissional de saúde.

CONCLUSÃO

Pode-se constatar que a divulgação da pílula anticoncepcional, durante a sua introdução no Brasil, ocorreu através de jornais e revistas do público geral e foi abordado de maneira que a preocupação com a explosão demográfica fosse exaltada, onde a pílula aparecia como uma ótima solução para o crescimento desordenado da população e contra o aborto.

Além disso, os aspectos científicos da contracepção foram pouco falados, as informações sobre fisiologia reprodutiva foram superficiais e até equivocadas. Simultaneamente, a chegada

da pílula gerou uma reação reversa, levando a uma intensa discussão em torno do uso do medicamento, envolvendo questões políticas, religiosas, morais e legais. Dessa maneira, as questões científicas da reprodução e do seu controle passaram para um segundo plano.

Entre a população mais favorecida e que podia arcar com os custos, os métodos anticonceptivos eram explicados em cursos pré-nupciais para moças, ministrados por médicos ginecologistas. Já nas camadas mais populares, a orientação sobre anticoncepção no período abordado foi fornecida, principalmente, por entidades que visavam o controle da natalidade, como a entidade Bem-estar Familiar no Brasil

(BEMFAM) e o Serviço de Orientação à Família (SOF) (WAISSSE, 2016).

Portanto, o desenvolvimento da pílula anticoncepcional na história da medicina foi complexa em vários âmbitos já citados, além de ter sido um marco na revolução sexual feminina, pois trouxe muitas conquistas para as mulheres, como a autonomia e muitos benefícios para elas no meio familiar, amoroso e reprodutivo, mesmo com tantas oposições ao longo do tempo. Porém, assim como influencia positivamente na vida feminina, ainda gera conflitos no meio médico. Seus efeitos colaterais devem ser considerados e as mulheres devem buscar orientação médica para utilizar esse contraceptivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. E. D. O nascimento da pílula anticoncepcional e a revolução sexual e reprodutiva. 28 nov. 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/11/26/o-nascimento-da-pilula-anticoncepcional-e-a-revolucao-sexual-e-reprodutiva-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 10 maio 2025.

DE ALMEIDA, L. C. Métodos contraceptivos: uma revisão bibliográfica. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Saúde da Família da Faculdade de Medicina – NESCON da Universidade Federal de Minas Gerais, Contagem, MG, 2010.

DE SOUZA JÚNIOR, A. A política demográfica da Igreja Católica e a medicalização da contracepção. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2006.

HARTL, J. 1960: Primeira pílula anticoncepcional chega ao mercado. 18 ago. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1960-primeira-p%C3%ADlula-anticoncepcional-chega-ao-mercado/a-611248>. Acesso em: 4 maio 2022.

PEDRO, J. M. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. Revista Brasileira de História, v. 23, n. 45, p. 239–260, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100010>.

SANTANA, J. R.; WAISSE, S. Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais? Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 203-218, 2016. <https://doi.org/10.53727/rbhc.v9i2.164>.